

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.805 - PR (2020/0269787-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DVN COMÉRCIO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA.
ADVOGADOS : CELSO FERNANDO GUTMANN - PR021713
LEANDRO SCHULZ - PR036965
CRISTIANO DA SILVA - PR060125
AGRAVADO : SANDIS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONEXOES
EIRELI
ADVOGADO : DANIEL BARINI - SP297123

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por DVN COMÉRCIO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA. contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL EXCEÇÃO DE PRÉEXECUTIVIDADE ALEGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E AUSÊNCIA DE HIGIDEZ DOS TÍTULOS FATOS NÃO COMPROVADOS DE PLANO EXIGÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA IMPOSSIBILIDADE DA INSURGÊNCIA POR ESSA VIA AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 803, parágrafo único, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Segundo o artigo 803, Parágrafo Único, do CPC, a nulidade da execução será pronunciada pelo juiz, de ofícios ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução, quando o título executivo não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível, vejamos:

[...]

Conforme será apurado nos próximos tópicos, os DANFE s (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), que amparam a execução, não são Duplicatas Mercantis, e, conseqüentemente, não são títulos executivos extrajudiciais. Ademais, a ausência de prévios protestos dos títulos não lhes confere a executoriedade necessária. Por conseguinte, os supostos títulos não reúnem os atributos de liquidez, certeza e exigibilidade, nos termos exigidos pelo artigo 783 2 do CPC, conseqüentemente, a execução não se sustenta (fls. 113).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 15, a, da lei 5.474/68, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Logo, para fins de cobrança judicial de Duplicata sem aceite, imprescindível o preenchimento das condições constantes no art. 15 da Lei n.º 5.474/68, entre elas, o prévio protesto para ter a natureza de título executivo extrajudicial...

[...]

A ausência de protesto, do título, enseja a falta de força executiva e, conseqüentemente, a carência da ação. (fls. 114).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 2º da lei n. 5.474/68, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Os DANFE s (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), que sustentam a execução, não constituem títulos de créditos e tampouco podem ser equiparados às faturas, como determina o artigo 2º da Lei 5.474/68, além de ser documento unilateral, vejamos

[...]

Conforme se depreende dos autos principais, a exequente/recorrida juntou aos autos somente os DANFE s (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), quando o correto seria a juntada destes, acompanhados das duplicatas mercantis sacadas e, previamente, protestadas. (fls. 115).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne às três controvérsias, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Conforme já destacado na decisão recorrida, a executada opôs Embargos à Execução (autos nº 0008213-45.2018.8.16.0033), por meio dos quais se discute a exigibilidade dos títulos objetos da presente execução.

Verifica-se, ainda, que a relação existente entre as partes também está sendo discutida em sede de ‘Declaratória de Inexistência de Débito e de Nulidade de Títulos com Pedido Liminar de Tutela Antecipada” (autos nº 0003597-27.2018.16.0033), tendo, inclusive, como objetos alguns dos títulos ora executados.

Desta feita, tem-se que as análises das matérias ora alegadas para a desconstituição dos documentos gerados eletronicamente demandam dilação probatória, inclusive, no tocante as assinaturas neles opostas e seus eventuais protestos, sob pena, até mesmo, de decisões conflitantes (fls. 65-66).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que

as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nessa linha: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente